

Párias da América Latina: Mariátegui, o MST e os 500 anos de resistência indígena, negra e popular*

Deni Ireneu Alfaro Rubbo**

“Só os vencedores têm túmulos”

Mario Benedetti em *Correio do tempo* (2007: 81).

Resumo:

Partindo das críticas as noções de “progresso” e “civilização” levada a cabo por José Carlos Mariátegui e da valorização da memória dos párias da América Latina, o objetivo deste artigo é apresentar e analisar a participação do MST na *Campanha Continental dos 500 anos de Resistência, Indígena, Negra e Popular*, entre 1989 e 1992, um dos momentos da história política internacionalista do MST. Baseando-se principalmente em entrevistas e documentos históricos, é possível perceber a construção de inúmeros encontros, debates e produção de textos dos movimentos camponeses, indígenas e negros do subcontinente. A experiência social da campanha cria uma afinidade política decisiva entre o MST e os setores subalternos na América Latina, que procuram mostrar o “lado catastrófico da modernidade”.

Palavras-chave: MST; Política internacionalista; Campanha Continental; América Latina.

Pariahs of Latin America: The MST and 500 years of Indigenous, Black and Popular Resistance

Abstract:

Based on criticisms of the notions of “progress” and “civilization” advanced by José Carlos Mariátegui, as well as on a desire to celebrate the pariahs of Latin America, this article describes and analyzes the participation of the MST in the Continental Campaign of 500 Years of Indigenous, Black and Popular Resistance, part of the MST’s internationalist political history. Based principally on interviews and historical documents, the article portrays the construction of innumerable meetings, debates and texts by peasant, indigenous and black movements of

* O presente artigo é uma versão modificada do que foi apresentado no Simpósio Internacional *Mariátegui vive entre nosotros por los 120 años de su nacimiento*, na Casa Museo José Carlos Mariátegui, realizado em Lima (Peru) entre 12 e 14 de junho de 2014.

** Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e bolsista CAPES. É autor de *Párias da terra: o MST e a mundialização da luta camponesa* (Alameda, 2014).

End. eletrônico: deni_out27@uol.com.br

the subcontinent. The social experience of the campaign creates a decisive political identity between the MST and subaltern sectors in Latin America, which attempt to demonstrate “the catastrophic side of modernity.”

Keywords: MST; internationalist policy; Continental Campaign; Latin America.

Mariátegui e o ponto de vista dos “descobertos” na história da América Latina

Há várias maneiras de classificar as diferentes concepções da história: conservadoras, revolucionárias, românticas, restauracionistas. José Carlos Mariátegui é um dos autores cuja criatividade de pensamento é difícil de classificar, orientada por influências explicitamente heterodoxas – Henri Bergson, Benedetto Croce, Oswald Spengler, Friedrich Nietzsche, Miguel de Unamuno. Assim como Walter Benjamin, principalmente das célebres teses *Sobre o conceito de história*, o ensaísta peruano é um crítico revolucionário da filosofia do progresso, um romântico adversário do conservadorismo, um nostálgico do passado que sonha com futuro, um materialista fascinado pela teologia¹. É possível perceber uma concepção marxista da história do oprimido (ou dos “vencidos”, como falava Walter Benjamin), em vários momentos da obra mariateguiana a partir de um combate com as noções de “civilização” e “progresso”.

Em um artigo intitulado “O crepúsculo da civilização”, publicada no jornal *Variades*, em dezembro de 1922, Mariátegui denuncia à geração da qual pertence “impregnada pela ideia de um progresso sempre ascensional, sem soluções de continuidade, não pode perceber nem compreender facilmente esta realidade histórica” (Mariátegui, 1971: 78). E a ideia acrítica de progresso como uma categoria infinita e impercível na locomotiva história estava ancorada na mesma aposta de que a civilização burguesa era inatingível. Um exemplo latino-americano que permite ilustrar uma concepção da história crítica em relação ao “progresso” e “civilização” de que Mariátegui afirmava há mais de noventa anos: as celebrações do V Centenário do “Descobrimento da América” por Cristovam Colombo (1492-1992). Organizadas na época pelo Estado, igrejas e instituições privadas, as festividades político-culturais são um exemplo daquilo que Mariátegui denuncia como fascinação do “progresso” a da “civilização” na história.

Não por acaso, o marxista peruano em seu livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (1928), tem uma atenção especial à sociedade indígena pré-

¹ Para alguns paralelos sobre Walter Benjamin e Mariátegui, cf. Löwy (2008), Cuesta (2009) e Figueroa (2012).

-colombiana como um setor social, político, cultural – com um dispositivo de “organização coletivista” – indispensável para formação de uma nação peruana eminentemente “moderna”. O processo do descobrimento far-se-á catastrófico aos indígenas incas do Peru que, antes disso, caracterizavam-se pelo amortecimento do “impulso individualista nos índios” e o “hábito de uma humildade e religiosa obediência ao seu dever social”. Todavia, tanto o “trabalho coletivo” quanto o “esforço comum” são tolhidos pelo processo da Conquista pelos espanhóis: “Os conquistadores espanhóis destruíram, naturalmente, sem poder substituir, essa formidável máquina de produção. A sociedade indígena e a economia incaica se descompuseram e se aniquilaram completamente sob o golpe da conquista” (Mariátegui, 2010: 34). Assim, as comunidades indígenas fragmentaram-se e o trabalho – outrora coletivo – transformou-se em um processo individual e inorgânico.

Durante o debate e a promoção do V Centenário do “Descobrimento da América Latina” da qual participavam a Espanha, a Europa e os Estados Unidos, movimentos e organizações sociais latino-americanos bastante diversificados (camponeses, indígenas e negros) conclamaram – *na contramão da história oficial dos vencedores* – a comemoração dos cinco séculos de resistência indígena e popular. Trata-se de um movimento simbólico, histórico, político e cultural de resistência que ficou conhecido pelo nome de “Campanha Continental dos 500 anos de Resistência, Indígena, Negra e Popular”, que ocorreu entre 1989 e 1992. No Brasil, um dos movimentos que participaram e tiveram destaque na organização do processo da *Campanha...* foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). *O processo de construção de sua política internacionalista é uma das práxis política do MST, que é aspecto relevante na constituição de sua própria história*².

No presente trabalho, o objetivo é apresentar e analisar o significado da participação do MST na Campanha. Trata-se de um dos momentos precípuos da história política internacionalista do MST que antecede a formação da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) e da Via Campesina³, ambos, movimentos camponeses de dimensão continental e internacional, respectivamente. Não custa sublinhar que o aspecto internacionalista do MST do qual será desenvolvido está relacionado ao repertório de escolhas e decisões políticas *exclusivamente* do *corpo diretivo*, isto é, da Direção Nacional e Coordenação Nacional, sobre o que é o Movimento⁴. Assim, base e militância do Movimento,

² Para uma análise do processo de internacionalização do MST, cf. Rubbo (2014).

³ Sobre a formação e consolidação da Via Campesina, cf. Desmarais (2013) e Vieira (2011).

⁴ Todos os entrevistados deste artigo – Egídio Brunetto, Itelvina Masioli, Gilmar Mauro, Joaquim Pinheiro, Marcelo Buzetto, João Pedro Stédile –, além de representarem a direção nacional do Movimento, participaram, em momentos diferentes, do setor ou coletivo de relações internacionais do MST.

por exemplo, não estão representadas nesse estudo, já que essas podem ter um diferente entendimento sobre os objetivos do MST⁵. Essa informação não é fortuita, pois as entrevistas e documentos neste trabalho correspondem justamente ao núcleo diretivo do MST⁶.

Em um primeiro momento, será exposta a contextualização política nacional e internacional que o MST está inserido e, por sua vez, mostrar-se-á como foi sendo construída essa ação política transnacional que propiciou a participação na Campanha. Através de inúmeros encontros e debates, uma construção de identidades coletivas mais amplas, não apenas com os setores do campesinato latino-americano, mas também a articulação com os movimentos indígenas e negros. Por último, a experiência social da campanha cria uma afinidade política entre o MST e os setores despossuídos na América Latina, que procuram através de documentos e panfletos denunciar e mostrar o lado catastrófico da modernidade.

Entre o passado e o presente: história e política internacionalista do MST de 1989 a 1992

No Brasil, como se sabe, a derrota política da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 foi o ponto culminante da ascensão de um amplo movimento de estudantes, operários, camponeses, intelectuais, entidades religiosas que lutavam pelo fim da ditadura civil-militar desde o final da década de 1970 (Secco, 2010). Dentro das fronteiras nacionais, o MST estendia-se massivamente na região Nordeste e em alguns estados do Centro-Oeste com dezenas de ocupações, mas com a derrota nacional da candidatura de Lula e, por extensão, a vitória de Fernando Collor (1990-1992) na Presidência da República, o movimento sem-terra também entra em refluxo em escala nacional, afinal, o novo governo empossado inicia um processo de repressão ostensiva ao movimento (Fernandes, 2010: 170).

Tratar-se-ia de um período fortemente marcado pelo refluxo das lutas sociais internacionais, basta lembrar da queda do Muro de Berlim, do colapso das burocracias do Leste Europeu e das derrotas de governos e movimentos da

⁵ Estudos que têm como objetivo analisar as direções do MST – ou, ainda, têm esta instância como referencial para analisar o movimento – são ainda poucos, mas extremamente valiosos, cf. por exemplo, Aliaga (2008) e Peschanski (2007).

⁶ Todos os documentos citados foram retirados do *Jornal Sem Terra* (doravante JST). Cabe lembrar que o JST, desde seu primeiro número, em maio de 1981, até os dias atuais, sempre foi monitorado e estruturado pela Direção Nacional do MST, sendo ele orientado para organização e formação interna e, ao mesmo tempo, mas em menor medida, para a “propaganda externa”.

esquerda latino-americana. Tudo somado, o MST, contrariamente, continuou consolidando, fortalecendo e amadurecendo suas relações internacionais.

Ao contrário de muitas organizações que abandonam essa perspectiva de tradição internacionalista, (...) de 1989 a 1992, nós [do MST] vamos aproveitar esse momento para intensificar nossa presença em atividades internacionais, vamos ampliar o número de militantes que vão para intercâmbio com outras organizações, vamos aumentar o número de militantes que foram para outros países (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

Em maio/junho de 1989, a Comissão Pastoral da Terra coordena o Encontro Latino-Americano sobre Experiências da Pastoral da Terra com a presença de representantes de 16 países. Além da decisão de criar uma “rede de solidariedade de proteção latino-americana”, com o objetivo de aprofundar as formas concretas de comunicação e intercâmbio sobre as lutas camponesas e dos indígenas, as discussões inclinaram-se para analisar a situação social do campo na América Latina, entre elas, o tema do “processo de transnacionalização da agricultura” (JST, 1989, n. 84: 18). Um mês depois, o MST participaria do VIII Encontro Internacional de Solidariedade “Monsenhor Oscar Arnulfo Romero”, na Nicarágua, promovido por organizações ecumênicas. Temas como “dívida externa” e “capitalismo internacional” começam a ser discutidos com mais afinco.

Um ano depois, entre 8 e 10 de maio de 1990, com a palavra de ordem “Ocupar, Resistir, Produzir”, era realizado o II Congresso Nacional do MST, em Brasília, com a participação de 5 mil delegados de 19 estados do Brasil (Morisawa, 2001: 146). A delegação estrangeira marcou presença com 23 entidades internacionais de 10 países da América Latina (Guatemala, Peru, Equador, El Salvador, Uruguai, Cuba, Chile, Colômbia, México, Paraguai) e da África (Angola). Este último composto de três dirigentes de organizações rurais angolanas foi destaque, pois pela primeira vez o MST recebia uma delegação estrangeira de um país situado fora do continente latino-americano. Além desse encontro, a delegação internacional havia participado dias antes do primeiro congresso nacional do departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (JST, 1990, n. 93: 3).

No documento oficial redigido pela Direção Nacional do MST, aprovado pelo Congresso, pela primeira vez na história do movimento podia se notar uma referência explícita sobre a importância das relações internacionais e no interesse de construir *ações comuns* com movimentos e organizações latino-americanas – no segundo parágrafo:

A necessidade da unidade latino-americana foi marcada pela presença de 18 delegações representando as entidades e organizações dos camponeses indígenas da América Latina e África. Sabemos que essa unidade não se constrói somente em congressos, mas principalmente nas ações comuns que desenvolvemos na luta.

Neste sentido a solidariedade entre os trabalhadores deve ser fortalecida quando dos atos que deverão ocorrer em função da “comemoração” dos 500 anos da América Latina (JST, 1990, n. 93: 3).

Embora essas relações externas existissem é no período que corresponde aos anos de 1989 a 1992 a melhor expressão da concretização do processo dessa política internacionalista, é a participação ativa do MST na chamada *Campanha Continental 500 anos de Resistência, Indígena, Negra e Popular*. Na verdade, a ideia da Campanha teria sido gestada alguns anos antes de sua formalização pública, em 1989, por movimentos camponeses e indígenas equatorianos e acabou tornando-se um “divisor de águas” para o MST – embora nem todos integrantes concordem com isso –, um momento indispensável de sua política internacionalista:

Acho que não se pode falar em “divisor de águas”. Sempre as articulações internacionais são resultados de processos permanentes, demorados, contraditórios, que envolvem muitos fatores, de identidades de propósitos, de campanhas internacionais, e da necessidade de ir aglutinando forças. A campanha continental foi importantíssima, pois ela superou as articulações setoriais que até então existiam, realizadas entre partidos, sindicatos e igrejas. Nessa campanha juntamos todas as forças populares, que queriam ver outra América unida, e descolonizada. E foi um processo muito rico, tanto por sua amplitude, como pela generosidade em que todos participavam sem preocupar-se com protagonismos, ou lideranças continentais (Entrevista com João Pedro Stédile em 14/junho/2012).

O MST passou a ser um ator importante nesse processo de articulação, ou seja, em um primeiro momento, aquilo que ainda era de conhecer e receber companheiros aqui, aprender com as lutas, enviar militantes, os dirigentes para atuar, brigadas de solidariedade, brigadas de trabalho, que trabalhavam durante o dia e estudavam durante a noite. E aí, deste processo todo, a gente começa a analisar o que o movimento é hoje, do ponto de vista dessa construção. Qual é a característica que nós podemos sinalizar hoje? É uma característica onde nós estamos sendo convidados por outras organizações para não só participar de reuniões, mas para atuar de forma um pouco mais longa com brigadas de militantes, atuando principalmente na área da informação, da educação, da produção, da cooperação, entendeu? (Entrevista com Joaquim Pinheiro em 10/dez./2011).

Nem mesmo o fato de movimentos sociais e organizações políticas brasileiras participarem de uma campanha que protestava contra os resultados negativos do processo histórico da colonização espanhola, em 1492, ou seja, uma data que aparentemente não continha a dimensão histórica e simbólica para o país colonizado por Portugal, não causou nenhum constrangimento na participação das entidades populares brasileiras. Basta mencionar um documento redigido pela

coordenação brasileira da campanha do MST, em 1992. O assunto é colocado nos seguintes termos:

Sabemos que para nós brasileiros, a data 1492 não tem grande importância histórica, pois o Brasil foi invadido a partir de 1500 pelos portugueses. Mas é muito importante nos entrosarmos com outros povos latinoamericanos, para assim discutir nossos problemas comuns, bem como buscamos formas concretas de fortalecer nossos laços de latinoamericanidade (JST, 1992, n. 119:15).

Ora, a campanha representa uma *mudança* do MST nas suas relações internacionais. A fase anterior era a de aproximação – em quantidade razoavelmente significativa – com os movimentos sociais rurais da América Latina, em um período em que o MST almejava prioritariamente constituir-se e expandir-se mais solidamente nas regiões do país (os primeiros intercâmbios caracterizavam-se por trocas “desiguais”, ou seja, espaços onde mais se “escutava” do que “falava”). Doravante, a campanha dos 500 anos faz com que o MST não só *crie um setor de relações internacionais em sua estrutura organizativa*, sendo uma das coordenadoras brasileiras da campanha, mas transforme, amplie e, principalmente, articule pela primeira vez uma *ação extrassetorial continental*.

No nosso [primeiro] congresso veio um pessoal do Equador, presidente da FENOCIN uma das organizações históricas e depois fomos estabelecendo com eles uma relação mais próxima. Então houve vários eventos internacionais convocados pelo setor camponês da federação sindical mundial. Ali foi se constituindo um laço entre essas organizações camponesas que não eram comunistas, como o caso da equatoriana. Em 1987 eles convocam o primeiro encontro andino para discutir a questão dos 500 anos e convidaram o Movimento para participar, por conta dessa aproximação. Na primeira fase era mais de conhecimento, de intercâmbio, e ali já é mais de ação nossa, [...] e quando nós tiramos a coordenação coletiva do continente, o MST ficou como um dos coordenadores da campanha, representando o Cone Sul. Daí que nós temos uma ação mais ativa, mais propositiva (Entrevista com Egídio Brunetto em 17/nov./2011).

[A Campanha] começa se gestando nas atividades em 1987/1988. Aí se decide fazer esse primeiro encontro e que dá esse caráter da campanha, a dinâmica que define toda essa metodologia de que ela vai tecer no continente, o nome, os setores que estão articulados; os encontros e as ações em cada país que foram acontecendo de forma articulada; de organizar material de comunicação, foi dando essa unidade continental, que era uma coisa nova. Não que não existisse luta nos setores de atividades, mas a Campanha deu, do ponto de vista da articulação, uma mística de uma unidade de ação continental. Quando falo unidade de ação não significa que não teve problemas em construí-la porque teve a campanha, nós nos juntamos aos camponeses; no final ela chegou como campanha quinhentos anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Só que não foi assim desde o início, né? (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

O período da Campanha de Resistência dos 500 anos da “descoberta” da América Latina representa um momento marcante não apenas para o MST, mas promove uma reestruturação dos movimentos sociais da América Latina (Doula, 2002: 333). Com a deterioração gradativa das burocracias do Leste Europeu e o desmoronamento da URSS, a esquerda tradicional entra em uma crise profunda por perder sua principal referência e se enfraquece politicamente de maneira significativa nas regiões em que atuavam. Tal conjuntura política, ao mesmo tempo, propiciou que setores sociais (camponeses, indígenas, negros, mulheres) considerados “secundários” para a tarefa socialista revolucionária – pelo menos na interpretação “oficial” dos partidos comunistas – estivessem na linha de frente da resistência, o que não deixava de ser surpreendente.

Muitas organizações surgiram inclusive negando algumas práticas e princípios dessa esquerda que tava entrando em crise no Leste Europeu e no desaparecimento do socialismo soviético. Criam perspectivas para discutir novas formas de organização, novas formas de mobilização, sem negar a experiência importante do período anterior. Mas o que surge de interessante e de novidade, talvez, é um conjunto de organizações na América Latina e que esses movimentos vão fazer uma análise muito crítica dos partidos de esquerda e daí vão procurar se desenvolver enquanto organização política e social de massas, organização popular, mas de maneira mais autônoma e mais independente em relação aos partidos. [...] Essa crise teórica, política, organizativa, programática da esquerda partidária, acabou criando uma brecha e uma possibilidade para que outros movimentos fossem surgindo, porque os movimentos eram movimentos que tinham uma ligação direta com uma base social, o que não poderiam esperar de partidos (Entrevista com Marcelo Buzetto em 04/out./2011).

História, objetivos e definições: os encontros da *Campanha*

O primeiro encontro ocorreu entre 7 e 12 de outubro, de 1989 na cidade de Bogotá (Colômbia). A princípio, os movimentos que estavam na linha de frente para organizar o encontro eram apenas setores indígenas e camponeses, tanto é que o nome era *Encontro Latino-Americano de Organizações Camponesas e Indígenas*. Não havia, nesse momento o setor negro. As organizações eram predominantemente da região Andina (Peru, Equador, Colômbia, e Bolívia) e o MST. Estiveram trinta e nove organizações camponesas e indígenas, com participação de 72 delegados e 250 convidados e organizações. O Brasil foi representado pelo MST, CUT e UNI (União das Nações Indígenas). Foram discutidos temas diversos: terra, a questão da mulher, educação, cultura e dívida externa. Com relação à organização, a campanha foi dividida em cinco regiões (Norte, Caribe, América Central, Cone Sul, Andina), com um país sede do comitê regional e um país coordenador. O Brasil ficou com a coordenação da região do Cone Sul e com sede na Argentina.

Definiu-se caráter, significado e objetivos da campanha:

Quadro 1. Resoluções do I Encontro na Campanha contra os 500 anos de dominação

Definições	Objetivos
<ul style="list-style-type: none">• São 500 anos de invasão militar, política, social, cultural. Genocídio e evangelização.	<ul style="list-style-type: none">• Difundir os documentos centrais aprovados sobre os 500 anos.
<ul style="list-style-type: none">• Eliminação física de milhões de seres humanos. Massacre contra as nações indígenas, camponesas e populações pobres.	<ul style="list-style-type: none">• Repudiar a celebração do V centenário, “o encontro entre os mundos” promovido pela Espanha.
<ul style="list-style-type: none">• A dominação e exploração de nosso continente por parte da Espanha, Inglaterra, Portugal, França, e atualmente por Estados Unidos, significa para o povo latino-americano, colonização e imperialismo.	<ul style="list-style-type: none">• Declarar o 12 de outubro o dia da dignidade continental, soberania e autodeterminação de nossos povos.
<ul style="list-style-type: none">• A conjunção destes dois sistemas resultou no saque de nossos recursos naturais, destruição de nosso povo e nossa cultura, desequilíbrio ecológico que atenta contra a vida.	<ul style="list-style-type: none">• Que a campanha de autodescobrimento da América signifique a recuperação do desenvolvimento da participação popular. Potencializar e consolidar as organizações e sua unidade. Levar a cabo um projeto de justiça, igualdade e respeito entre as raças e culturas de nossa América. Promover um reencontro com a histórica luta de nossos antepassados.
<ul style="list-style-type: none">• Submissão de nossos governos às políticas imperialistas.	<ul style="list-style-type: none">• Criar um comitê de unificação continental para coordenar as tarefas da nossa campanha em cada país e regiões continentais.
<ul style="list-style-type: none">• Intervenção de forma encoberta, através da Lei de Segurança Nacional e formas diretas com forças militares.	
<ul style="list-style-type: none">• O endividamento de mais de 400 bilhões de dólares da América Latina que gera miséria, fome, desemprego, entre tantos problemas.	

Fonte: (JST, 1989, n. 88: 22).

A reunião posterior foi realizada pela coordenadora da campanha na cidade de Cajamar (São Paulo - Brasil) nos dias 13 e 14 de maio, no ano de 1990, e pautou-se sobretudo pela “necessidade de se abrir espaço para outras organizações que atuem na campanha”. Ou seja, que envolva não apenas indígenas e camponeses, mas outros setores progressistas. Daí a mudança do slogan para “500 anos de Resistência Indígena e Popular”, pois a palavra “camponês”, que está circunscrita ao campo, é substituída por “popular”, de significado mais amplo. Nesse mote, os dirigentes das organizações camponesas e indígenas reunidos na comissão organizadora também lançaram uma nota que sublinhava “a falta de uma consciência classista em nível continental, assim como a falta de intercâmbio de experiências”, o que, segundo eles, teria sido um dos fatores que ocasionaram a derrota do sandinismo e não apenas sua falta de capacidade estratégica. E pela primeira vez reivindicam a palavra *socialismo*, ainda que críticos com relação ao Estado soviético: “Não deixamos de reconhecer os erros e de considerá-los como dolorosas experiências, mas tampouco deixamos de estar convencidos que o socialismo é a única opção de liberdade para nossos povos” (JST, 1990, n. 93: 22).

Depois do 1º Encontro Continental de Povos Índios, realizado em Quito (Equador), dois meses depois da reunião em Cajamar, encontro que apenas reafirmou os objetivos centrais da campanha dos setores indígenas (JST, 1990, n. 95: 23), é novamente realizado em São Paulo o “III Encontro Latino-Americano e do Caribe pela Solidariedade, Soberania, Autodeterminação e vida dos nossos povos”, entre 21 e 23 de junho de 1991 (JST, 1991, n. 103, p. 15). Além de aprofundar a questão dos 500 anos de “descobrimento”, a proposta também era analisar alternativas para uma integração “orgânica” dos movimentos populares do continente (JST, 1991, n. 104: 15).

Em outubro do mesmo ano, na cidade de Quetzaltenango (Guatemala), é realizado o II Encontro da Campanha Continental, com mais de 250 delegados dos 28 países da América, 400 observadores e 150 jornalistas internacionais. Além das discussões de conjuntura e de um programa mínimo de atividades até o dia 12 de outubro do ano seguinte, quando ocorreria o III Encontro da Campanha – e último – em Manágua (Nicarágua), o nome da campanha tem sua última modificação: “500 anos de Resistência, Indígena, Negra e Popular” (JST, 1991, n. 110: 9). Ou seja, nos encontros /reuniões houve a alteração do nome da Campanha por conta da incorporação de outros setores sociais. Distante de uma Campanha “fechada” e “acabada”, os quatro anos de intensas discussões e debates foram, na realidade, um *processo* que contribuiu profundamente na formação educativa e política dos participantes, além da *construção* de alianças com setores sociais não-camponeses.

Então você vê que é uma construção, tudo isso não é tão simples. Como que involucra os povos indígenas, os povos negros, os povos camponeses, os povos do campo? A Campanha também foi um processo de extrema aprendizagem, de leituras políticas comum do continente. Quais são as ações do imperialismo, quais são as ações das forças populares, como organizar essa contraofensiva. Então eu acho que foi um processo extremamente importante. Eu estou dizendo que a Campanha teve essa força, eu acho que cumpriu um papel importantíssimo na formação, na ação, na articulação política (Entrevista com Itelvina Masioli em 13/dez./2011).

Esse processo foi muito (evidentemente precisaria de muito tempo até porque ele foi muito rico e teria que ser escrito) interessante porque, na verdade, ele conseguiu conjugar três setores que, do ponto de vista clássico, estavam fora de qualquer perspectiva. O camponês era ainda incluído na aliança operário-camponesa, e o indígena, negro e camponês sempre subordinado à classe operária; então essa campanha continental surge com força porque ela consegue articular os três setores, consegue desenvolver luta de massa, consegue articular continentalmente esses movimentos e fazer grandes ações como foi o grande encontro que aconteceu na Guatemala, onde juntamos milhares de pessoas. (Entrevista com Gilmar Mauro em 16/nov./2011, Rubbo, 2012: 24-25).

Quadro 2.2. Encontros dos movimentos camponeses latino-americanos para a Campanha dos 500

Encontro/Reuniões	Local	Ano	Slogan
I Encontro	Bogotá (Colômbia)	1989	“Autodescobrimento da América, 500 anos de resistência indígena e camponesa”
Reunião da Comissão	Cajamar (Brasil)	1990	“500 anos de resistência indígena e popular”
Reunião da Comissão no Encontro dos Povos Índios	Quito (Equador)	1990	“500 anos de resistência indígena e popular”
II Encontro	Quetzaltenango (Guatemala)	1991	“500 anos de resistência indígena, negra e popular”
III Encontro	Manágua (Nicarágua)	1992	“500 anos de resistência indígena, negra e popular”

Para além do objetivo central da *Campanha*, que era contestar os discursos oficiais produzidos em face da celebração da descoberta da América, ela transcedeu as suas propostas: avançou nas discussões sobre criar projetos alterna-

tivos para a crise econômica inflacionária em que os países latino-americanos estavam atolados desde a década de 1980, iniciou debates para criticar os efeitos da mundialização da economia e do modelo neoliberal, deu ênfase ao tema da cultura a partir da ótica da diversidade. Além de propor uma nova concepção de unidade e integração continental, fundada na soberania e na autodeterminação da América Latina, na recuperação de sua identidade cultural e histórica e na solidariedade internacionalista entre os povos. A *Campanha* foi um momento decisivo para os movimentos que estavam envolvidos em repensar várias dimensões de seu lugar na América Latina, segundo Doula (2002): 1) “reelaboração de sua identidade”; 2) “recomposição enquanto atores políticos”; 3) na defesa de que a “americanidade exigia o reconhecimento da pluralidade”; 4) na construção de uma identidade particular, construída através dos séculos.

Párias indo-americanos: memória e “mito da modernidade” na Campanha

O coração da *Campanha* também estava na *denúncia* em questionar certas palavras – “conquista”, “descobrimento”, “civilização” – que foram disseminadas pela história “oficial” da América Latina, “encobrindo” a “invasão”, a “brutalidade”, o “aprisionamento secular”, o “extermínio” dos povos autóctones. Basta olhar um longo trecho do documento redigido pelo Setor de Relações Internacionais do MST, intitulado “500 anos de Dominação”:

As organizações promotoras deste encontro, acreditam que não houve um “descobrimento” e sim uma *invasão* militar, política e cultural. Houve uma brutal *imposição* por parte dos colonizadores europeus, onde nossos povos foram cruelmente submetidos aos seus costumes, sua religião e sua cultura.

O “descobrimento” marcou o *aprisionamento secular* da América Latina aos interesses das grandes potências europeias. Essa dependência gerou a miséria, a fome, o subdesenvolvimento a que nossos povos ainda são hoje submetidos. Esta situação agravou-se ainda mais com o peso da *dívida externa*. Como podemos comemorar uma “descoberta” se ela não existe? Como eles podem falar em descoberta se nosso continente já existia os índios? Como pode falar em descoberta, se o que eles fizeram foi o *extermínio* de milhares de indígenas? Quando nos forçaram assumir uma cultura totalmente diferente da nossa? Quando não permitiam que nossos povos pudessem praticar suas religiões, suas culturas? Que descoberta é essa onde a lei que impera é a dos colonizadores? Em 1992 não existe nada para comemorar. Existe sim para denunciar. Denunciar a selvagem penetração dos colonizadores e imperialista em nosso continente. Denunciar os saques que eles praticam contra as nossas riquezas minerais; a devastação de nosso meio ambiente; denunciar a situações dos camponeses que a cada dia são massacrados, assassinados pela ganância assassina dos latifundiários; denunciar a exploração a que os operários das fábricas são submetidos. Denunciar todos esses governantes corruptos de nossos países que estão a serviço do imperialismo, contribuindo para aumentar a miséria

de nossos povos. Denunciar a intervenção do imperialismo norte-americano em política interna de outros países. A partir deste encontro, devemos ter claro o papel de cada um de nós. O papel que cada organização deverá ter em busca de uma América Latina livre (JST, 1989, n. 87: 22, grifo nosso).

O conteúdo do documento revela claramente sintonia dos movimentos sociais rurais com as formas de luta do passado latino-americano. O caráter antiimperialista é ressaltado por ser um elemento historicamente presente em todos os países latino-americanos. Como sublinha Ilse Sherer-Warren (1998: 64): “o movimento pode ser conduzido tanto por uma utopia que vise mudanças em processos civilizatórios de longa duração, como encaminhar reivindicações e formas de resistências que visem conquistas cidadãs mais imediatas”. Ou seja, ao se reconhecer na Campanha como produto de 500 anos de luta, o MST não atribui a si mesmo o começo de uma nova história, mas colocam sua ação em sintonia com um longo passado de enfrentamentos.

O documento é também uma manifestação explícita daquilo que Enrique Dussel (1993; 2005) denominou de “mito da modernidade”; ou ainda, um posicionamento radical na tentativa de desmistificar o “mito da descoberta”, divididos em sete pontos:

1. A civilização moderna se autodescreve como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste as suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica etc.).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imatuross), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil etc. (Dussel, 2005: 60-61).

O filósofo e teólogo argentino parte da premissa de que o nascimento da Modernidade não começa com a Revolução Industrial do século XVIII e com a Ilustração, mas é o ano de 1492 que marca o nascimento da Modernidade, quando, anteriormente, a Europa não existia senão como periferia do mundo muçulmano, muito próxima à concepção do marxista peruano José Carlos Mariátegui⁷. Mas esta aproximação é feita às custas do ocultamento, do encobrimento (oposto a descobrimento) do outro, do índio. Uma “práxis irracional de violência”. A denúncia contida na campanha, portanto, é o ponto de vista *do outro, da vítima* (índio, negro, camponês, mulher) que descobre a sua “outra face”: índio sacrificado, negro escravizado, mulher oprimida, cultura popular alienada. Política, cultura e história foram intimamente inter-relacionadas nos documentos da *Campanha*.

É interessante mencionar que Mariátegui compreende o “descobrimento” como um “ato político”, como se pode observar em uma longa nota de rodapé no livro *Sete ensaios*: “A conquista foi um ato político. Interrompeu bruscamente o processo autônomo da nação quéchua, mas não implicou uma substituição repentina das leis e costumes dos nativos pelos dos conquistadores. No entanto, esse fato político abriu, em todas as ordens de coisas, tantos espirituais quanto materiais, um novo período” (Mariátegui, 2010: 54). Reconhecer como um “fato político” a “conquista” não significava uma opinião branda sobre o que fizeram os espanhóis. Em outro texto Mariátegui afirma: “A conquista espanhola aniquilou a cultura inca. Destruíu o Peru autóctone. Frustrou a única peruanidade que existiu. Os espanhóis extirparam do solo e da raça todos os elementos vivos da cultura indígena” (Mariátegui, 1970a: 26).

Assim, a comemoração do V centenário a descobertas das Américas e o contrapeso da campanha permite ilustrar o significado da expressão “escovar a história a contrapelo” de Walter Benjamin na tese VII do *Sobre o conceito de história*. De um lado, a história “oficial” da descoberta, da conquista e da evangelização ocupa de maneira hegemônica o cenário político e cultural. Do outro lado, os documentos publicados pela campanha são um exemplo, tal qual afiança Michael Löwy (2005: 80), dos movimentos sociais escreverem a (sua) história no “sentido contrário”, de “lutar contra corrente” que significa recusar qualquer “identificação afetiva” com os heróis oficiais do V Centenário, os colonizadores ibéricos, os poderosos europeus que levaram a religião, a cultura e a civilização para os índios “selvagens”. São setores sociais da América Latina que historicamente são

⁷ “O descobrimento da América é o princípio da modernidade: a maior e a mais frutífera das cruzadas. Todo pensamento da modernidade está influenciado por este acontecimento. [...] A última grande especulação intelectual da era Medieval, *A cidade do sol*, a utopia comunista de Tomás Campanella, aparece influenciada pelo descobrimento da América. Alguns de seus biógrafos insistem que Campanella conheceu e admirou, pelas primeiras crônicas, a civilização incaica” (Mariátegui, 1970b: 56).

considerados “marginais”, “fora do lugar”, “párias” da terra⁸, que introduzem sua perplexidade ou indignação diante do banimento social, político, econômico e cultural que “sofrem” há séculos.

Bibliografia

- ALIAGA, Luciana (2008). *A forma política do MST*. Dissertação (Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade de Campinas.
- BENEDETTI, Mario (2007). *Correio do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- CUESTA, Micaela (2009). Modos de leer la historia: José Carlos Mariátegui a luz de Walter Benjamin. In: CUESTA, Micaela et.al. *Vigencia de J. C. Mariátegui*. Buenos Aires: Dialektik Editora.
- DESMARAIS, Annette Aurélie (2013). *A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular.
- DOULA, Sheila Maria (2002). Movimentos camponeses e ‘marginalidade ecológica’ na América Latina. *Revista Universium*. Universidade de Talca, n.17.
- DUSSEL, Enrique (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas Latino-Americanas. Colección Sur Sur: Clasco: Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
- _____ (2003). *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (2010) Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP.
- FIGUEROA, Noelia (2012). Walter Benjamin y José Carlos Mariátegui: gestos para refundar una teoría crítica subalterna. *Herramienta*, Buenos Aires, n. 51.
- LÖWY, Michael (2008). El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina: reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin. In: VEDDA, Miguel (org.). *Walter Benjamin, constelaciones dialécticas*. Buenos Aires: Herramienta.

⁷ “O descobrimento da América é o princípio da modernidade: a maior e a mais frutífera das cruzadas. Todo pensamento da modernidade está influenciado por este acontecimento. [...] A última grande especulação intelectual da era Medieval, *A cidade do sol*, a utopia comunista de Tomás Campanella, aparece influenciada pelo descobrimento da América. Alguns de seus biógrafos insistem que Campanella conheceu e admirou, pelas primeiras crônicas, a civilização incaica” (Mariátegui, 1970b: 56).

- _____ (2005). *Walter Benjamin: Aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”*. São Paulo: Boitempo.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (2010). *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (1970). *Peruanicemos al Peru*. Lima: Amauta.
- _____ (1970b). *La novela y la vida. Siegfried y el Professor Canella*. Lima: Amauta.
- _____ (1971). El crepúsculo de la civilización. In: *Signos y obras*. Lima: Amauta.
- MORISSAWA, Mitsue (2001). *A história pela luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular.
- PESCHANKI, João Alexandre (2008). *A evolução organizacional do MST*. Dissertação (Ciência Política), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- RUBBO, Deni Ireneu Alfaro (2014). *Párias da terra: o MST e a mundialização da luta camponesa*. São Paulo: Alameda.
- _____ (2012). Do campo para o mundo: em busca de um internacionalismo continental para o MST – Entrevista com Gilmar Mauro. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29.
- SECCO, Lincoln (2011). *A história do PT*. São Paulo: Ateliê.
- SCHERER-WARREN, Ilse (1998). Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 28.
- VARIKAS, Eleni (2014). *A escória do mundo – figuras do pária*. São Paulo: UNESP.
- VIEIRA, Flavia Braga (2011). *Dos proletários unidos à organização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e Via Campesina*. São Paulo: Alameda.

Documentos

- JORNAL DOS SEM TERRA*, n. 84, 1989.
- JORNAL DOS SEM TERRA*, n.87, 1989.
- JORNAL DOS SEM TERRA*, n. 88, 1989.
- JORNAL DOS SEM TERRA*, n. 93, 1990.
- JORNAL DOS SEM TERRA*, n. 95, 1990.
- JORNAL DOS SEM TERRA*, n.104, 1991.
- JORNAL DOS SEM TERRA*, n.110, 1991.